



OP-028FV-20
CÓD.: 00000000000000

Prefeitura Municipal de Itatiaia- -RJ

Auxiliar de Creche

Língua Portuguesa

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos; elementos de coesão e coerência.	01
2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos e modos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, antítese, ironia.	05
3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; elementos de composição das palavras; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos.	13
4. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; concordâncias verbal e nominal.	21
5. Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.	36

Legislação

Competências e autonomia municipal.	01
Princípios. Os Poderes municipais.	01
Legislativo e Executivo.	01
As atribuições da Câmara Municipal.	01
Composição, estrutura e funcionamento.	01
Processo e técnica legislativa.	01
O Poder Executivo e suas atribuições.	01
A organização da Prefeitura.	01
Órgãos da sua estrutura.	01
Políticas municipais.	12
Política urbana.	12
Política do meio ambiente.	12
Política de saúde.	12
Política cultural e educacional.	12
Política de assistência social.	12
Política econômica.	12
Servidores públicos.	13
Regime jurídico.	13
Direitos e deveres.	13
Provimento dos cargos públicos.	13
Posse e exercício.	13
Processo disciplinar.	13
O Sistema Tributário Municipal.	19
Normas gerais.	19
Administração tributária municipal.	19
A prestação de serviços públicos.	21
Prestação direta e indireta.	21
Atos municipais.	27

Processo administrativo.	31
Legislação atualizada: Lei Orgânica do Município;	35
Regimento Interno da Câmara Municipal de Itatiaia;	41
Estatuto dos Servidores e Regime Jurídico; Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal; Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal;	44
Código Tributário Municipal e toda a legislação relacionada com o programa.	53

Conhecimentos Específicos

1. Teoria de aprendizagem.	01
2. Legislação: Noções de Constituição, LDBEN 9394/96, ECA, LBI, BNCC.	21
3. Programa alimentar na creche.	44
4. Atribuições de pessoal e relações humanas dentro da creche.	46
5. Ambiente escolar.	49
6. Planejamento participativo.	51
7. Admissão e desligamento da criança na creche.	53
8. Atividades de rotina.	54
9. Agrupamento de crianças na creche.	57
10. Atividades pedagógicas.	58
11. Materiais pedagógicos.	59
12. Rotinas de saúde da creche.	62
13. Família e escola.	64
14. Desenvolvimento e aprendizagem na etapa de 0 a 5 anos.	68
15. Organização e planejamento.	69
16. Avaliação e observação.	72



AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



PIRATARIA É CRIME: É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



CONTEÚDO EXTRA

Aqui você vai saber tudo sobre o Conteúdo Extra Online



Para acessar o **Conteúdo Extra Online** (*vídeoaulas, testes e dicas*) digite em seu navegador: www.apostilasopcao.com.br/extra



O **Conteúdo Extra Online** é apenas um material de apoio complementar aos seus estudos.



O **Conteúdo Extra Online** **não** é elaborado de acordo com Edital da sua Apostila.



O **Conteúdo Extra Online** foi tirado de diversas fontes da internet e **não** foi revisado.



A Apostilas Opção **não** se responsabiliza pelo **Conteúdo Extra Online**.



LÍNGUA PORTUGUESA

1. ORGANIZAÇÃO TEXTUAL: INTERPRETAÇÃO DOS SENTIDOS CONSTRUÍDOS NOS TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS; CARACTERÍSTICAS DE TEXTOS DESCRITIVOS, NARRATIVOS E DISSERTATIVOS; ELEMENTOS DE COESÃO E COERÊNCIA.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias - ou fundamentações -, as argumentações - ou explicações -, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato deve:

1- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).

2- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.

3- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.

4- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.

5- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

- Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: *homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem*, entre outros.

- Capacidade de observação e de síntese;
- Capacidade de raciocínio.

Interpretar / Compreender

Interpretar significa:

- *Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.*
- *Através do texto, infere-se que...*
- *É possível deduzir que...*
- *O autor permite concluir que...*
- *Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

Compreender significa

- *entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*
- *o texto diz que...*
- *é sugerido pelo autor que...*
- *de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*
- *o narrador afirma...*

Erros de interpretação

- **Extrapolação** (“*viagem*”) = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- **Redução** = é o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.

- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação - Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

Observação – São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- *que* (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.
- *qual* (neutro) idem ao anterior.
- *quem* (pessoa)
- *cujo* (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

- *como* (modo)
- *onde* (lugar)
- *quando* (tempo)
- *quanto* (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.

- Leia, leia bem, leia profundamente, ou seja, leia o texto, pelo menos, duas vezes – *ou quantas forem necessárias.*

- *Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).*

- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**

- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**

- Fragmente o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.

- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**

- O autor defende ideias e você deve percebê-las.

- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.

- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.

- **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!**

- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.

- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

Fontes de pesquisa:

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>

QUESTÕES

1-) (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM ELETRÔNICA – IADES/2014)

Gratuidades

Crianças com até cinco anos de idade e adultos com mais de 65 anos de idade têm acesso livre ao Metrô-DF. Para os menores, é exigida a certidão de nascimento e, para os idosos, a carteira de identidade. Basta apresentar um documento de identificação aos funcionários posicionados no bloqueio de acesso.

Disponível em: <<http://www.metro.df.gov.br/estacoes/gratuidades.html>> Acesso em: 3/3/2014, com adaptações.

Conforme a mensagem do primeiro período do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as crianças com até cinco anos de idade e os adultos com 65 anos em diante têm acesso livre ao Metrô-DF.

(B) Apenas as crianças de cinco anos de idade e os adultos com mais de 65 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(C) Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(D) Somente crianças e adultos, respectivamente, com cinco anos de idade e com 66 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

(E) Apenas crianças e adultos, respectivamente, com até cinco anos de idade e com 65 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

1-) Dentre as alternativas apresentadas, a única que condiz com as informações expostas no texto é “Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF”.

RESPOSTA: “C”.

2-) (SUSAM/AM – TÉCNICO (DIREITO) – FGV/2014 - adaptada) “Se alguém que é gay procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-lo?” a declaração do Papa Francisco, pronunciada durante uma entrevista à imprensa no final de sua visita ao Brasil, ecoou como um trovão mundo afora. Nela existe mais forma que substância – mas a forma conta”. (...)

(Axé Silva, O Mundo, setembro 2013)

O texto nos diz que a declaração do Papa ecoou como um trovão mundo afora. Essa comparação traz em si mesma dois sentidos, que são

(A) o barulho e a propagação.

(B) a propagação e o perigo.

(C) o perigo e o poder.

(D) o poder e a energia.

(E) a energia e o barulho.

2-) Ao comparar a declaração do Papa Francisco a um trovão, provavelmente a intenção do autor foi a de mostrar o “barulho” que ela causou e sua propagação mundo afora. Você pode responder à questão por eliminação: a segunda opção das alternativas relaciona-se a “mundo afora”, ou seja, que se propaga, espalha. Assim, sobraria apenas a alternativa A!

RESPOSTA: “A”.

3-) (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – IADES/2014 - adaptada)

Concha Acústica

Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada oficialmente em 1969 e doada pela Terracap à Fundação Cultural de Brasília (hoje Secretaria de Cultura), destinada a espetáculos ao ar livre. Foi o primeiro grande palco da cidade.

Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/concha-acustica.html>>. Acesso em: 21/3/2014, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta uma mensagem compatível com o texto.

(A) A Concha Acústica do DF, que foi projetada por Oscar Niemeyer, está localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte.

(B) Oscar Niemeyer projetou a Concha Acústica do DF em 1969.

(C) Oscar Niemeyer doou a Concha Acústica ao que hoje é a Secretaria de Cultura do DF.

(D) A Terracap transformou-se na Secretaria de Cultura do DF.

(E) A Concha Acústica foi o primeiro palco de Brasília.

3-) Recorramos ao texto: “Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer”. As informações contidas nas demais alternativas são incoerentes com o texto.

RESPOSTA: “A”.

TIPOLOGIA TEXTUAL

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Estes interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem **tipos textuais e gêneros textuais**.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa opinião sobre determinado assunto, descrevemos algum lu-

gar que visitamos, fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia: Narração, Descrição e Dissertação**.

As tipologias textuais caracterizam-se pelos aspectos de ordem linguística

Os tipos textuais designam uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição. São observados aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais são o *narrativo*, *descritivo*, *argumentativo/dissertativo*, *injuntivo* e *expositivo*.

- **Textos narrativos** – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes*, *agora*, *depois*, entre outros: *Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...*

- **Textos descritivos** – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito: *“Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna...”*

- **Textos expositivos** – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em: *O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.*

- **Textos injuntivos (instrucional)** – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente: *Misture todos os ingrediente e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.*

- **Textos argumentativos (dissertativo)** – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto: *A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.*

GÊNEROS TEXTUAIS

São os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano; tais textos apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal. Como exemplos, temos: *receita culinária, e-mail, reportagem, monografia, poema, editorial, piada, debate, agenda, inquérito policial, fórum, blog, etc.*

A escolha de um determinado gênero discursivo depende, em grande parte, da situação de produção, ou seja, a finalidade do texto a ser produzido, quem são os locutores e os interlocutores, o meio disponível para veicular o texto, etc.

Os gêneros discursivos geralmente estão ligados a esferas de circulação. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como *notícias, reportagens, editoriais, entrevistas* e outros; na *esfera de divulgação científica* são comuns gêneros como *verbete de dicionário ou de enciclopédia, artigo ou ensaio científico, seminário, conferência*.

Fontes de pesquisa:

<http://www.brasilescola.com/redacao/tipologia-textual.htm>

Português linguagens: volume 1 / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7ªed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

COESÃO E COERÊNCIA

Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que é dito, ou lido. Estes mecanismos linguísticos que estabelecem a coesão e retomada do que foi escrito - ou falado - são os **referentes textuais**, que buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm com o tema.

Numa linguagem figurada, a coesão é uma linha imaginária - composta de termos e expressões - que une os diversos elementos do texto e busca estabelecer relações de sentido entre eles. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a *coesão textual*.

Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes essa incoerência é resultado do mau uso dos elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal.

Nas palavras do mestre Evanildo Bechara, “*o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios*”.

Não se deve escrever frases ou textos desconexos – é imprescindível que haja uma unidade, ou seja, que as frases estejam coesas e coerentes formando o texto. Relembre-se de que, por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual.

Formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto:

1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos - palavras ou expressões do mesmo campo associativo.

2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (*desgastar / desgaste / desgastante*).

3. Emprego adequado de tempos e modos verbais: *Embora não gostassem de estudar, participaram da aula.*

4. Emprego adequado de pronomes, conjunções, preposições, artigos:

O papa Francisco visitou o Brasil. Na capital brasileira, Sua Santidade participou de uma reunião com a Presidente Dilma. Ao passar pelas ruas, o papa cumprimentava as pessoas. Estas tiveram a certeza de que ele guarda respeito por elas.

5. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, *mesa* (mais específico) e *móvel* (mais genérico).

6. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, *felino* está numa relação de hiperonímia com *gato*.

7. Substitutos universais, como os verbos vicários.

* **Ajuda da Zê**: verbo vicário é aquele que substitui outro já utilizado no período, evitando repetições. Geralmente é o verbo *fazer* e *ser*. Exemplo: *Não gosto de estudar. Faço porque preciso.* O “faço” foi empregado no lugar de “estudo”, evitando repetição desnecessária.

A coesão apoiada na gramática se dá no uso de conectivos, como pronomes, advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse justifica-se quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Exemplo.: *O jovem recolheu-se cedo. Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.* O termo *o jovem* deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações).

Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa.

Já os componentes concentram em si a significação. Elisa Guimarães ensina-nos a esse respeito:

“*Os pronomes pessoais e as desinências verbais indicam os participantes do ato do discurso. Os pronomes demonstrativos, certas locuções prepositivas e adverbiais,*

bem como os advérbios de tempo, referenciam o momento da enunciação, podendo indicar simultaneidade, anterioridade ou posterioridade. Assim: *este, agora, hoje, neste momento (presente); ultimamente, recentemente, ontem, há alguns dias, antes de (pretérito); de agora em diante, no próximo ano, depois de (futuro).*”

A coerência de um texto está ligada:

- à sua organização como um todo, em que devem estar assegurados o **início**, o **meio** e o **fim**;

- à adequação da linguagem ao tipo de texto. Um texto técnico, por exemplo, tem a sua coerência fundamentada em comprovações, apresentação de estatísticas, relato de experiências; um texto informativo apresenta coerência se trabalhar com linguagem objetiva, denotativa; textos poéticos, por outro lado, trabalham com a linguagem figurada, livre associação de ideias, palavras conotativas.

Fontes de pesquisa:

<http://www.mundovestibular.com.br/articles/2586/1/CO-ESAO-E-COERENCIA-TEXTUAL/Paacutegina1.html>

Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

QUESTÕES

* As questões abaixo também envolvem o conteúdo “Conjunção”. Eu as coloquei neste tópico porque abordam - inclusive - coesão e coerência.

1-) (SEDUC/AM – ASSISTENTE SOCIAL – FGV/2014) Assinale a opção que indica o segmento em que a conjunção **e** tem valor adversativo e não aditivo.

(A) “Em termos de escala, assiduidade e participação da população na escolha dos governantes...”.

(B) “... o Brasil de 1985 a 2014 parece outro país, moderno e dinâmico, no cotejo com a restrita experiência eleitoral anterior”.

(C) “A hipótese de ruptura com o passado se fortalece quando avaliamos a extensão dos mecanismos de distribuição de oportunidades e de mitigação de desigualdades de hoje”.

(D) “A democracia brasileira contemporânea, e apenas ela na história nacional, inventou o que mais perto se pode chegar de um Estado de Bem-Estar num país de renda média”.

(E) “A baixa qualidade dos serviços governamentais está ligada sobretudo à limitação do PIB, e não à falta de políticas públicas social-democratas”.

1-)

(A) “Em termos de escala, assiduidade e participação = adição

(B) “... o Brasil de 1985 a 2014 parece outro país, moderno e dinâmico”. = adição

(C) “A hipótese de ruptura com o passado se fortalece quando avaliamos a extensão dos mecanismos de distribuição de oportunidades e de mitigação de desigualdades de hoje”. = adição

(D) “A democracia brasileira contemporânea, e apenas ela na história nacional”. = adição

(E) “A baixa qualidade dos serviços governamentais está ligada sobretudo à limitação do PIB, e não à falta = adversativa (dá para substituímos por “mas”)

RESPOSTA: “E”.

2-) (DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA – FGV/2014) A alternativa em que os elementos unidos pela conjunção **E** não estão em adição, mas sim em oposição, é:

(A) “...a disposição do povo de agir por conta própria e fazer justiça com as próprias mãos...”

(B) “...como sintoma de descrença nos políticos e nas instituições:...”

(C) “...os nossos mascarados se inspiram menos nos anarquistas e mais nos fascistas italianos...”

(D) “...desprezando o passado e a tradição...”

(E) “...capaz de exprimir a experiência da violência, da velocidade e do progresso...”

2-)

(A) “...a disposição do povo de agir por conta própria e fazer justiça com as próprias mãos”. = adição

(B) “...como sintoma de descrença nos políticos e nas instituições”. = adição

(C) “...os nossos mascarados se inspiram menos nos anarquistas e mais nos fascistas italianos”. = ideia de oposição

(D) “...desprezando o passado e a tradição”. = adição

(E) “...capaz de exprimir a experiência da violência, da velocidade e do progresso”. = adição

RESPOSTA: “C”.

2. ASPECTOS SEMÂNTICOS E ESTILÍSTICOS: SENTIDO E EMPREGO DOS VOCÁBULOS; TEMPOS E MODOS DO VERBO; USO DOS PRONOMES; METÁFORA, ANTÍTESE, IRONIA.

Semântica é o estudo da significação das palavras e das suas mudanças de significação através do tempo ou em determinada época. A maior importância está em distinguir sinônimos e antônimos (sinonímia / antonímia) e homônimos e parônimos (homonímia / paronímia).

Sinônimos

São palavras de sentido igual ou aproximado: *alfabeto - abecedário; brado, grito - clamor; extinguir, apagar - abolir.*

Duas palavras são totalmente sinônimas quando são substituíveis, uma pela outra, em qualquer contexto (*cara e rosto*, por exemplo); são parcialmente sinônimas quando, ocasionalmente, podem ser substituídas, uma pela outra, em determinado enunciado (*aguardar e esperar*).



LEGISLAÇÃO

**COMPETÊNCIAS E AUTONOMIA MUNICIPAL.
PRINCÍPIOS. OS PODERES MUNICIPAIS.
LEGISLATIVO E EXECUTIVO.
AS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.
COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA E
FUNCIONAMENTO. PROCESSO E TÉCNICA
LEGISLATIVA. O PODER EXECUTIVO E SUAS
ATRIBUIÇÕES. A ORGANIZAÇÃO DA
PREFEITURA. ÓRGÃOS DA SUA ESTRUTURA.**

Abaixo iremos trazer o material sobre o tema elaborado pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública, conforme segue abaixo:

O regime político brasileiro se organiza por meio de uma República Federativa, formada pela união indissolúvel dos estados e Municípios e do Distrito Federal, sendo poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, como apontam os artigos 1º e 2º da Constituição de 1988. Ademais das já mencionadas qualidades, a organização político-administrativa compreende três esferas de governo: mais de 5,6 mil Municípios, 27 unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal) e a União.

É importante notar que a organização político-administrativa do Brasil não é uma simples cópia da organização de outros países. Imagine se um país com nossa população e nosso território poderia se organizar da mesma forma que países menores ou menos populosos? Nossa peculiaridade aponta para a necessidade de estabelecer diferentes esferas de governo, como camadas, de forma que as políticas públicas sejam implementadas pelos agentes públicos mais adequados para que aquelas ações cheguem a cada cidadão. Para ilustrar essas diferenças, basta comparar três países conhecidos:

População e território são elementos importantes para orientar a organização da Administração Pública. No Brasil, os cidadãos dos Municípios que não são capitais, por estarem mais distantes, geralmente, recebem menos serviços do poder público. Na escala municipal, o mesmo ocorre com distritos ou bairros distantes do centro, que acabam sendo menos contemplados por serviços públicos.

Graciliano Ramos (o escritor) que foi Prefeito de Palmeira dos Índios, em Alagoas em 1930, escreveu, em seu 2º relatório ao Governador Álvaro Paes, o seguinte testemunho:

Dos administradores que me precederam uns dedicaram-se a obras urbanas: outros, inimigos de inovações, não se dedicaram a nada. Nenhum, creio eu, chegou a trabalhar nos subúrbios." (MACEIÓ, 1930, p.4)

Os Municípios

Os Municípios são os locais mais próximos da nossa vida cotidiana, onde vivem os cidadãos e surgem as críticas e insatisfações que mais rapidamente alcançam os gestores. Neles exercemos nossos direitos com mais intensidade, esperamos resultados com mais ansiedade e, quando frustrados, reclamamos aos servidores. Contudo, é também onde nos sentimos mais recompensados quando as ações do poder público atendem aos nossos pleitos.

Alguns autores afirmam que a democracia nasce no âmbito local e, se falamos do Brasil, o Município é sua materialização. Contudo, tanto o território quanto a população estão distribuídos de modo muito heterogêneo, tornando quase impossível a tipificação ou identificação de um modelo de Município a ser seguido.

Então, se pretendemos adotar soluções testadas e aplicáveis ao conjunto não devemos falar em "modelo", mas "modelos", no plural, aceitando a ideia de que não encontraremos um único paradigma ou um padrão ideal, e sim uma multiplicidade de situações particulares, típicas de cada Município, que requerem um tratamento específico.

A diversidade de Municípios no Brasil impõe uma série de desafios à Federação e ao processo de descentralização que se intensificou nas duas últimas décadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988. São Municípios de diferentes dimensões territoriais e populacionais, com características socioeconômicas distintas e múltiplos processos históricos de criação.

Por exemplo, hoje, segundo as estimativas populacionais para 2017, o IBGE identifica que a maioria dos Municípios (68%) conta com população de até 20 mil habitantes, mas 3,6 % do total de Municípios concentra mais da metade da população do país (IBGE, 2017).

A Importância do Governo Municipal

O Governo Municipal tem lugar de destaque no âmbito do poder público no Brasil, por conta da complexidade do processo de descentralização em curso e do papel estratégico que ocupa em relação ao desenvolvimento local. É a partir da vida nas cidades que as dinâmicas e as relações sociais e econômicas se desenvolvem, entrelaçando-se com outras dimensões, como a geográfica e política.

Em outras palavras, para que a União e os estados alcancem patamares de desenvolvimento considerados satisfatórios, o Município deve acompanhar cada passo desse processo.

Essas e outras dimensões do cenário político e administrativo ampliam a responsabilidade de prefeitos(as), vereadores(as) e gestores(as) na promoção do desenvolvimento econômico e social, na perspectiva do fortalecimento da democracia e na garantia dos direitos da população.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Município passou a integrar (conforme dispõe o art. 1º) a Federação brasileira e a compor a organização político-administrativa (art. 18), com autonomia nos termos da própria Constituição. O Código Civil, por sua vez, define esse ente federativo como "pessoa jurídica de direito público interno" (art. 41, inciso III), que responde às normas constitucionais e de direito administrativo.

Como integrante da Federação, o Município deve respeitar os princípios enumerados pelo art. 37 da CF/1988. Dentre esses princípios, destaca-se o da legalidade, que estipula a necessidade de a Administração Pública estar autorizada por lei para agir em qualquer circunstância.

Exemplo

Para que o Município possa gerar receita por meio da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, é necessário que exista uma lei que o autorize.

Trata-se, portanto, da legalidade e da autonomia legislativa, que conferem ao Município – como ente Federado – legislar por meio da Câmara sobre assuntos de interesse local, instituindo normas que serão de cumprimento compulsório pelos cidadãos e por aqueles que autorizam a ação municipal. É importante que a população, e aqueles que integram a Administração Municipal, conheçam as regras do jogo, isto é, o que podem fazer, como podem fazer e o que não podem fazer, visando à promoção dos direitos dos cidadãos.

Autonomia Municipal

No âmbito da Federação brasileira, os Municípios são entes autônomos e independentes, uma especificidade do Brasil quando comparado a outras federações existentes.

A autonomia não é irrestrita, pois está sujeita aos limites determinados pela própria Constituição Federal – CF/1988. Logo, é conveniente que o agente público conheça as dimensões em que a autonomia é exercida.

Podemos identificar diferentes formas de Autonomia dos Municípios:

- Administrativa - Consiste na capacidade para organizar os seus serviços.
- Financeira - Diz respeito à arrecadação de suas rendas e ao seu uso, sempre respeitada a orientação legal.
- Política - Garante a eleição dos seus agentes políticos – Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.
- Organizativa - Reflete-se na elaboração da Lei Orgânica Municipal – LOM –, sem interferência dos demais membros da Federação.

O conceito de Estado

É importante lembrar que há uma evidente distinção entre os conceitos de Estado e Governo. Ressalta-se que o Município é um ente da Federação, ou seja, é um agente do Estado. Contudo, nesse contexto, a palavra “Estado” não se refere especificamente a nenhuma das 27 unidades da Federação. Isso significa que a municipalidade atua como entidade munida de competências próprias e que deve também, promover o bem-comum. Assim sendo, União, Estados e Municípios são instituições estatais, permanentes.

Quando falamos de governo, estamos aludindo ao conjunto de agentes que exerce o poder do Estado, em cada esfera, por um determinado período de tempo. Desta forma, é evidente que governos são transitórios, em oposição ao Estado.

O Estado tem uma missão e deve cumprir uma finalidade obedecendo a princípios que não podem ser mudados pelos governos, os quais têm autonomia para decidir como alcançar esses fins utilizando a estrutura estatal disponível e fazendo sua gestão.

Princípios Constitucionais

De acordo com o art. 37 da CF/1988, alguns princípios são de cumprimento obrigatório por todas as esferas de governo e por todos os agentes políticos.

CF/1988, art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

Alguns dos princípios constitucionais que viabilizam a concretização de um Estado democrático são:

Legalidade	A Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor vedações aos administrados. Para tanto, ela depende de lei. Em outras palavras, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.
Impessoalidade	Ordena o tratamento impessoal do cidadão e do agente público. Em outras palavras, a atuação da Administração deve pautar-se pela ausência de proteção ou tratamento privilegiado a alguém, tanto em relação aos administradores quanto aos administrados.
Moralidade	Mencionado também no art. 5º da CF/1988, está vinculado ao respeito às regras básicas aceitas pela sociedade no que se refere à ação da autoridade pública.
Publicidade	Significa divulgação dos atos praticados pela Administração, exceto quando houver necessidade de proteger a privacidade e o sigilo fiscal do cidadão.
Eficiência	Está relacionado aos bons resultados no exercício de suas atribuições, no sentido de reconhecer e valorizar a relação entre recursos disponíveis, estabelecimento de metas e resultados a alcançar e aplicação dos recursos.

Esses princípios constituem um instrumento necessário e indissociável para que a Administração Pública atue em consonância com os direitos individuais e coletivos, visando sempre o interesse público. O desrespeito a estes princípios representa prejuízo para o Estado democrático de direito, que orienta toda e qualquer manifestação proveniente do Governo Municipal.

Assim, a qualquer tempo, aqueles que integram a Administração devem orientar-se por estas concepções para evitar danos ao interesse público, nas seguintes situações:

- elaboração de leis;

- prática de atos; contratações; e
- aquisições de bens.

A autonomia municipal, por conseguinte, não pode se sobrepor a estes princípios, e as/os dirigentes devem se pautar pelo respeito a ele.

Os Poderes Executivo e Legislativo

O debate sobre as competências e a distribuição dos recursos para o Município como ente federativo está registrada em nossa carta Magna e lei maior – a Constituição Federal de 1988.

Do ponto de vista legal e na qualidade de membro da Federação, o Município possui competências próprias. Na esfera Municipal, o poder estatal está distribuído entre Executivo e Legislativo, exercidos pela Prefeitura e Câmara Municipal que, sendo responsáveis legais e autônomos pela gestão local, também possuem responsabilidades específicas.

Essas competências, por sua vez, tiveram que ser e continuam sendo discutidas. Há aquelas que são exclusivas, mas há também competências compartilhadas entre as esferas de governo.

Competências Compartilhadas ou Comuns

As competências consideradas compartilhadas ou comuns são aquelas cujos serviços são prestados tanto pela União como pelos Estados e Municípios. Nestes casos, é de fundamental importância a atenção para aquelas que se organizam por meio de sistemas, ou seja, quando cada esfera tem atribuições definidas e que se complementam.

Exemplo

- saúde (Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990);
- meio ambiente (Lei nº 6.938/1981);
- assistência social (Lei nº 8.742/1993, Lei nº 10.836/2004 e Decreto nº 5.209/2004);
- habitação de interesse social (Lei nº 11.124/2005); e
- saneamento básico (Lei nº 11.445/2007).

Extrapolando os sistemas constituídos para o atendimento das competências compartilhadas, vale uma visita à legislação para percebermos com mais segurança os campos nos quais os diferentes entes da Federação devem cooperar.

CF/1988, art. 23. É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Competências Exclusivas ou Privativas

Algumas competências são exclusivas ou privativas, ou seja, só podem ser exercidas pelo Governo Municipal. Elas estão apontadas no artigo 30 da CF/1988, como, por exemplo:

Exemplo

- ordenamento urbano;
- iluminação pública;
- pavimentação;
- transporte coletivo;
- licenciamento de atividades rurais de baixo impacto ambiental;
- alçamento; e
- regulamentação do serviço de táxis.

CF/1988, art. 30. Compete aos Municípios:

- legislar sobre assuntos de interesse local;
- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Também é possível o estabelecimento de cooperação intergovernamental para a prestação de alguns serviços. Saiba mais sobre esse assunto nos portais do governo federal:

- Portal de Convênios (<http://www.convenios.gov.br>).
- Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>).
- Portal Federativo (<http://www.portalfederativo.gov.br>).

Diplomas Legais

É imprescindível, para o exercício das competências municipais, a instituição de leis que são fundamentais para que o Município possa exercer sua autonomia e cumprir as atribuições que lhe são reservadas.

Além da Lei Orgânica Municipal (LOM), os diplomas legais relacionados a seguir não podem deixar de existir:

- Lei de estrutura administrativa da Prefeitura.
- Lei do plano de cargos e carreiras da Prefeitura.
- Leis de fixação dos subsídios dos agentes políticos, aqui incluídos as(os) secretárias(os) municipais.
- Código Tributário e sua legislação complementar.
- Estatuto da Cidade (Plano Diretor e legislação complementar).
- Leis Orçamentárias (Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e Lei Orçamentária Anual – LOA).
- Lei do regime jurídico dos servidores.
- Lei do regime previdenciário dos servidores.
- Resoluções de organização administrativa e do quadro de pessoal da Câmara.
- Regulamentos diversos que estabeleçam padrões de desempenho dos serviços municipais.
- Cabe ressaltar que o Plano Diretor é uma referência que deve ser conhecida mais a fundo por quem quer conhecer melhor o município e pensar no planejamento e seu futuro, cabendo mais que uma consulta, mas uma leitura cuidadosa e atenta.

Esta legislação deve ser conhecida pelos integrantes do Poder Executivo e pelos(as) Vereadores(as), para que possam acompanhar com mais rigor a sua aplicação. A sua divulgação também é recomendável, de modo que a coletividade saiba o que pode e o que não pode fazer, como também o que pode e deve ser esperado da Administração. Para cada uma dessas leis, é possível identificar oportunidades para a implementação de ações e medidas que promovam os direitos dos cidadãos.

Poder Executivo Municipal

O Prefeito exerce na esfera Municipal, o Poder Executivo em conjunto com o vice-prefeito. É responsável por administrar, com a Câmara Municipal dos vereadores, os interesses da cidade. A eleição para um mandato de quatro anos, simultânea com a dos vereadores, acontece no 1º domingo de outubro, antes do final do mandato do Prefeito em exercício, e sua posse acontecerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Para desempenhar sua função na direção do município, o prefeito escolhe, livremente, secretários para responderem pelos vários setores administrativos da cidade.

Os secretários municipais, que geralmente estão vinculados aos partidos que compõem a base de apoio político do prefeito, exercem boa parte das ações nas áreas da educação, da saúde, do transporte, da cultura e outras requeridas pela prefeitura, e que devem estar sob a coordenação do próprio prefeito.

Composição

A Prefeitura representa, na esfera Municipal, o Poder Executivo que tem na figura do(a) Prefeito(a) seu representante máximo e responsável pela gestão do Município, tanto do ponto de vista político quanto legal.

No entanto, a delegação de autoridade por parte do(a) Prefeito(a), em função da agenda Municipal, é a expressão da busca, por parte da Prefeitura, pelo atendimento às demandas dos cidadãos, à complexidade dos problemas, ao tamanho da população e do território do Município, às relações com os Municípios vizinhos etc. Tais fatores apontariam para maior ou menor necessidade de estruturação da Administração Pública em múltiplas unidades de gestão - cada qual com as suas competências.

Descentralização do Poder

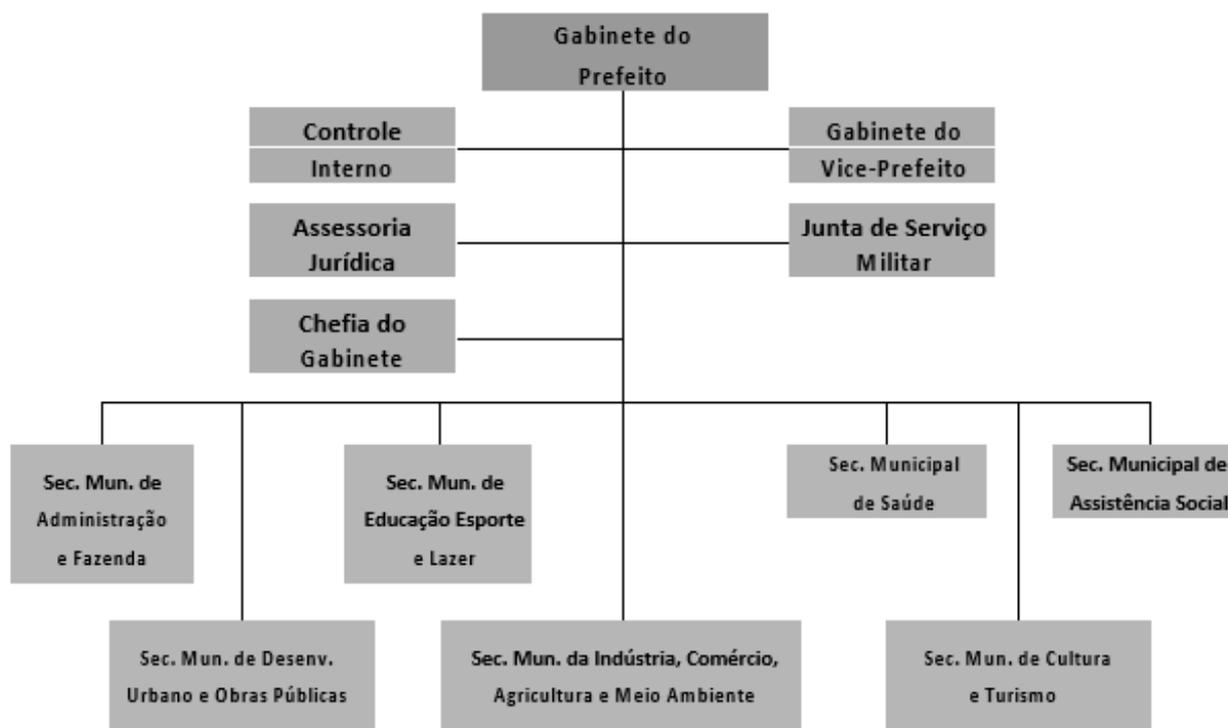
A descentralização do poder, compartilhando-o com outros gestores providos de autoridade para resolver os problemas ou atender às demandas da população, dependerá da montagem de uma estrutura distribuída entre órgãos que chamaremos aqui de Secretarias Municipais.

As Secretarias representam como o poder público se organiza, mas a sua simples criação pode ser um indicador do que é importante para o(a) Prefeito(a) e seus aliados. É comum encontrar Prefeituras com um número limitado de Secretarias, isso em Municípios pouco populosos e com baixa atividade econômica.

Quais são as 4 (quatro) condições para que haja a descentralização e conseqüente delegação de poder do(a) prefeito(a)?

- Vontade política de abrir mão do poder para outros, delegando autoridade.
- Existência de pessoa qualificada para receber a referida delegação.
- Estrutura administrativa preparada, com lei própria apontando a delegação realizada.
- Existência de instrumentos de controle, para que o(a) prefeito(a) acompanhe e avalie as ações da Administração Municipal sob sua responsabilidade.

Quanto mais Secretários(as) Municipais, mais descentralizada é a Administração Pública, e por conseqüente mais compartilhado estará o poder do Prefeito. O contrário também é verdadeiro, ou seja, Municípios com poucas Secretarias podem possuir (ou ser resultado) de um histórico de administrações centralizadoras.



Há aspectos positivos e negativos relacionados com um maior ou menor grau de centralização ou descentralização da gestão pública municipal. A excessiva descentralização pode levar ao trabalho descoordenado das Secretarias, gerando desperdício de recursos, dificuldades na comunicabilidade e ausência de cooperação. Por outro lado, a centralização acentuada pode resultar em morosidade na tomada de decisões, dificuldade na construção de parcerias com os partidos políticos para formação de base legislativa e, conseqüentemente, na aprovação de legislação de interesse.

Manual do Prefeito (IBAM, p. 51):

Os serviços e as atividades administrativas municipais devem estar organizados de tal forma que o Prefeito delegue ao máximo suas atribuições administrativas de rotina, a fim de melhor dedicar-se ao seu papel de líder político e àquelas atividades que, por constituírem a essência de suas funções executivas, não devem deixar de ser exercidas em toda sua plenitude, nem podem ser sempre delegadas.

Funções do Poder Executivo Municipal

O Poder Executivo Municipal tem a atribuição de administrar o Município e é chefiado pelo(a) Prefeito(a) Municipal, que indica seus principais auxiliares – os(as) Secretários(as).

O(a) Prefeito(a), ao exercer a chefia do Poder Executivo, recebe as seguintes funções:

Políticas	São as que o(a) Prefeito(a) exerce como porta-voz dos interesses municipais junto à Câmara, às demais esferas de governo e a outros setores.
Administrativas	Constituem a prática da ação diária da gestão internamente, ou seja, dirigir o funcionamento cotidiano da Prefeitura e das entidades vinculadas.
Executivas	Representam a principal responsabilidade do(a) Prefeito(a). São características das chefias de mais alto escalão em quaisquer organizações hierárquicas, apresentando importância estratégica para planejar, dirigir, coordenar, controlar e articular com agentes públicos e privados.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TEORIA DE APRENDIZAGEM.

Para os seres humanos se desenvolverem é necessário aprender coisas novas a todo o momento. Sejam habilidades motoras, idiomas ou cálculos matemáticos: todos possuem seus próprios métodos para processar a informação transformá-la em conhecimento.

Investigar, analisar e sistematizar estes métodos é a tarefa da área da psicologia denominada psicologia da educação. Esta área é a responsável por pesquisar sobre as teorias da aprendizagem, que abordam a desenvolvimento cognitivo humano por diferentes pontos de vista.

O que são teorias de aprendizagem

Teorias de aprendizagem são os estudos que procuram investigar, sistematizar e propor soluções relacionadas ao campo do aprendizado humano.

Esta área de investigação remonta à Grécia Antiga. Neste período, o processo pelo qual uma pessoa adquire conhecimento já era tema de investigação dos filósofos gregos. Entretanto, a área de estudo ganhou destaque a partir do século XX, quando o advento da psicologia.

O principal fator que diferencia uma teoria de outra é o ponto de vista sob o qual cada uma trabalha. Existem as teorias que abordam a aprendizagem a partir do comportamento, outras a partir do aspecto humano ou, ainda, aquelas que consideram apenas a capacidade cognitiva de cada um.

Como o campo da investigação do conhecimento humano é bastante vasto, algumas teorias obtiveram destaque ao longo do século, servindo como base teórica para os estudos nesta área.

Principais teorias

1. Behaviorismo

O behaviorismo, ou teoria comportamental, foi desenvolvido nos Estados Unidos da América John Watson (1878-1958) e na Rússia por Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936). Embora as bases desta teoria tenham sido desenvolvidas por estes pesquisadores, foi Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) que a popularizou, através de experimentos com ratos. Em seus experimentos, os ratos eram condicionados a determinadas ações, com recompensas boas ou ruins pelos seus atos. Assim, se moldava o comportamento destes a partir de um sistema de estímulo, resposta e recompensa.

Nesta teoria, o comportamento deve ser estudado e sistematizado para que se possa modificá-lo. De acordo com esta teoria, a maneira como o indivíduo aprende é uma grandeza possível de ser mensurada tal e qual um fenômeno físico. Nesta teoria, a aprendizagem, independente da pessoa, deverá seguir as seguintes etapas:

- Identificação do problema
- Questionamentos acerca dos problemas
- Hipóteses

- Escolha das hipóteses
- Verificação
- Generalização. O cérebro a utilizará ao identificar problemas futuros semelhantes

2. Cognitivismo

Esta teoria defende que, a capacidade do aluno em aprender coisas novas depende diretamente dos conhecimentos prévios que ele possui. Para estes teóricos, é necessário investigar quais os saberes do aluno acerca do assunto que será ensinado. Depois, deve-se auxiliar o aluno para que ele consiga sistematizar e organizar os novos conhecimentos, através de associações com o seu conhecimento prévio.

3. Construtivismo

O construtivismo é uma abordagem psicológica desenvolvida a partir da teoria da epistemologia genética, elaborada por Jean Piaget. Nesta teoria, o indivíduo aprende a partir da interação entre ele e o meio em que ele vive. O professor é visto como um mediador do conhecimento.

Jean Piaget desenvolveu sua teoria a partir de várias outras existentes no período, como a do cognitivismo. Para ele, o desenvolvimento da aprendizagem em crianças ocorre pelas seguintes etapas:

- Sensório –motor (0 a 2 anos): as ações representam o mundo para a criança. Chorar, chupar o dedo, morder.
- Pré-operatório (2 a 7 anos): a criança lida com imagens concretas
- Operações concretas (7 a 11 anos): a criança já é capaz de efetuar operações lógicas.
- Operações formais (11 em diante) a criança já efetua operações lógicas com mais de uma variável.

4. Interacionismo.

A teoria interacionista foi desenvolvida por Jean Vygotsky. Em sua abordagem, o conhecimento é, antes de tudo, impulsionado pelo desenvolvimento da linguagem no ser humano. Sua teoria também considera que a interação entre o indivíduo e o meio em que ele está inserido são essenciais ao processo de aprendizagem e, inclusive, entra em acordo com as etapas do desenvolvimento propostas por Jean Piaget na teoria construtivista.

Entretanto, para Vygotsky, é o próprio movimento de aprender e buscar conhecimento que irá gerar a aprendizagem efetiva. Este processo deve ocorrer de fora para dentro, ou seja, do meio social para o indivíduo.

Todas estas teorias exerceram (e ainda exercem) profundas influências na maneira como organizamos os processos educacionais em todo o mundo. Ao longo dos anos, cada teoria foi mais adequada para as necessidades de seu tempo, visto que a escola e o mundo do trabalho também sofreram grandes mudanças.

A partir dos anos 90, o conceito de inteligências múltiplas, desenvolvido por Howard Gardner, propunha que o ser humano era dotado de várias inteligências diferentes e complementares entre si. Isto explicaria, por exemplo, porque algumas pessoas apresentariam maior facilidade para

aprender matemática e ciências exatas, enquanto outros seriam mais rápidos para aprender esportes ou atividades artísticas, como o desenho e a música.

Piaget

Jean Piaget é um dos nomes escritos com letras de ouro na psicologia. Sua teoria sobre a aprendizagem cognitiva infantil faz com que o conheçamos hoje em dia como **o pai da pedagogia moderna**. Ele descobriu que os princípios da nossa lógica começam a se instalar antes da aquisição da linguagem, gerando-se através da atividade sensorial e motora em interação com o meio, especialmente com o meio sociocultural.

O desenvolvimento psíquico, que se inicia com o nascimento e termina na idade adulta, é comparável ao crescimento orgânico: assim como este último, consiste essencialmente em um caminho até o equilíbrio. Da mesma forma que o corpo evolui até um nível relativamente estável, caracterizado pelo final do crescimento e pela maturidade dos órgãos, a vida mental também pode ser concebida como se evoluísse na direção de uma forma de equilíbrio final, representado pela pessoa adulta.

Sua influência na psicologia da aprendizagem parte da consideração de que esta se realize por meio do desenvolvimento mental, através da linguagem, das brincadeiras e da compreensão. Para isso, a primeira tarefa do educador é a de gerar um interesse como instrumento com o qual poder entender e atuar com o aluno. Estas investigações, realizadas há quase quarenta anos, não tentam unicamente conhecer melhor a criança e aperfeiçoar os métodos pedagógicos ou educativos, mas também incluem a pessoa.

A ideia principal de Piaget é de que **é indispensável compreender a formação dos mecanismos mentais da criança para captar sua natureza e seu funcionamento no adulto**. Sua teorização pedagógica se baseou na abordagem psicológica, lógica e biológica. Assim fica encarnado em sua definição da ação de pensar, onde se parte de pilares condicionados pela genética e se constrói através de estímulos socioculturais.

É assim que se configura a informação que a pessoa vai recebendo. Esta informação é aprendida sempre de um modo ativo, por mais inconsciente e passivo que pareça o processamento da informação.

“O objetivo principal da educação nas escolas deveria ser a formação de homens e mulheres que são capazes de fazer coisas novas, e não simplesmente de repetir o que outras gerações fizeram; homens e mulheres que são criativos, inventivos e descobridores, que podem ser críticos, verificar, e não aceitar, tudo que lhes é oferecido”.-Jean Piaget-

Aprender para se adaptar

Segundo a Teoria da Aprendizagem de Piaget, a aprendizagem é um processo que só tem sentido diante de situações de mudança. Por isso, aprender é, em parte, saber se adaptar a estas novidades. Esta teoria explica a dinâmica de adaptação por meio dos processos de assimilação e acomodação.

A assimilação se refere ao modo como um organismo enfrenta um estímulo do entorno em termos de organização atual, enquanto a acomodação implica uma modificação da organização atual em resposta às demandas do meio. Por meio da assimilação e da acomodação vamos reestruturando cognitivamente nossa aprendizagem ao longo do desenvolvimento (reestruturação cognitiva).

A acomodação ou ajuste é o processo por meio do qual o sujeito modifica seus esquemas, estruturas cognitivas, para poder incorporar novos objetos a esta estrutura. Isso pode ser conseguido a partir da criação de um novo esquema ou da modificação de um esquema já existente, de maneira que o mesmo estímulo e seu comportamento natural e associado possam se integrar como parte do mesmo.

Assimilação e acomodação são dois processos invariáveis do desenvolvimento cognitivo. Para Piaget, assimilação e acomodação interagem mutuamente em um processo de equilíbrio. Isso pode ser considerado um processo regulador, em um nível mais alto, que dirige a relação entre a assimilação e a acomodação.

John Lennon dizia que a vida é o que acontece enquanto estamos fazendo outros planos, e muitas vezes parece que isso é verdade. Os seres humanos precisam de uma certa segurança para viverem tranquilos, e por isso criamos a ilusão da permanência, de que tudo é estático e nada muda, mas não é assim que funciona. Tudo está em constante mudança, incluindo nós mesmos, mas não somos conscientes disso, até que a mudança é tão evidente que já não temos mais remédio a não ser enfrentá-la.

“A inteligência é o que você usa quando não sabe o que fazer”.- Jean Piaget-

Socializamos por meio da linguagem

Durante a primeira infância assistimos a uma transformação da inteligência. De ser simplesmente sensorial e motora ou prática, ela se transforma em pensamento propriamente dito, sob a dupla influência da linguagem e da socialização.

A linguagem, em primeiro lugar, ao permitir que o sujeito possa explicar suas ações, facilita a reconstrução do passado, e, portanto, permite evocar em sua ausência os objetos até os quais foram dirigidas as condutas anteriores. Também nos permite antecipar as ações futuras ainda não executadas, e até substituí-las às vezes unicamente pela palavra, sem nunca as realizar. Este é o ponto de partida do pensamento como processo cognitivo e do próprio pensamento de Piaget.

A própria linguagem une, em efeito, conceitos e noções que pertencem a todos e que reforçam o pensamento individual por meio de um amplo sistema de pensamento coletivo. Neste último pensamento está mergulhada virtualmente a criança quando consegue dominar a palavra.

Neste sentido, com o pensamento acontece o mesmo que com o comportamento considerado globalmente. Em vez de se adaptar totalmente às novas realidades que descobre e constrói paulatinamente, o sujeito deve começar por uma incorporação trabalhosa dos dados ao seu eu e à

sua atividade, e esta assimilação egocêntrica caracteriza tanto os inícios do pensamento da criança quanto os de sua socialização.

“A boa pedagogia deve mostrar à criança situações nas quais ela experimente, no sentido mais amplo da palavra. A linguagem nos ajuda a antecipar estas situações”. -Jean Piaget-

O comportamento como motor da evolução

Em 1976 Piaget publicou um pequeno livro intitulado “O comportamento, motor da evolução”. Nele, ele expõe uma perspectiva sobre a função do comportamento como fator determinante da mudança evolutiva, e não como um mero produto da mesma, que seria resultado de mecanismos independentes da ação dos organismos.

Piaget discute, principalmente, com as posturas neodarwinianas, já que considera que a evolução biológica não ocorre somente por seleção natural, entendida exclusivamente como o produto de uma variabilidade genética aleatória e taxas diferenciadas de sobrevivência e reprodução em função de vantagens adaptativas verificadas a posteriori.

A partir desta perspectiva, se trataria de um processo independente das condutas do organismo, e somente se explicaria pelas consequências, favoráveis ou desfavoráveis, das mudanças fenotípicas causadas por mutações absolutamente azaradas e sua transmissão ao longo das gerações.

O comportamento, para Piaget, constitui uma manifestação da dinâmica global do organismo como um sistema aberto em interação constante com o meio. Seria também um fator de mudança evolutiva, e para tentar explicar os mecanismos pelos quais o comportamento cumpriria esta função, recorre ao conceito de epigênese e ao seu próprio modelo explicativo da adaptação em termos de assimilação e acomodação. Por epigênese se entende a interação recíproca entre genótipo e ambiente para a construção do fenótipo em função da experiência.

Piaget sustenta que toda conduta tem a necessária intervenção de fatores internos. Ele também aponta que todo comportamento animal, incluindo o humano, envolve uma acomodação às condições do meio, tanto como sua assimilação cognitiva, entendida como integração a uma estrutura comportamental prévia.

“Quando você ensina algo a uma criança, rouba para sempre a sua oportunidade de descobrir por si mesma”. -Jean Piaget-

Contribuições de Piaget para a educação atual

As contribuições de Piaget para a educação são consideradas de extrema importância. Piaget é o fundador da psicologia genética, que afetou significativamente a teoria e a prática educativa que foram geradas ao redor desta, que foi variando através do tempo dando lugar a diferentes formulações. Cabe mencionar que foram desenvolvidos muitos trabalhos a partir das contribuições de Piaget.

O trabalho de Jean Piaget consiste em suas descobertas do pensar humano a partir de uma perspectiva biológica, psicológica e lógica. É necessário esclarecer que o conceito de “psicologia genética” não está aplicado em um contexto unicamente biológico ou fisiológico, pois não se refere nem se baseia nos genes; é rotulado como “genética” por ser desenvolvido com respeito à gênese, origem do princípio do pensamento humano.

Uma das grandes contribuições de Piaget para a educação atual foi a de ter fundamentado que **nos primeiros anos de educação da criança, o objetivo é alcançar o desenvolvimento cognitivo, a primeira aprendizagem**. Para isso é indispensável e complementar o que a família tenha ensinado e estimulado na criança, permitindo-lhe aprender algumas regras e normas que possam ser assimiladas em um entorno escolar.

Outra contribuição de Piaget, que podemos ver refletidas nas escolas atuais, é que a **teoria que se dá em uma sala de aula não é suficiente para dizer que o tema foi assimilado e aprendido**. Neste sentido, a aprendizagem envolve mais métodos de pedagogia, como a aplicação dos conhecimentos, da experimentação e a demonstração.

A meta principal da educação é criar pessoas que sejam capazes de inovar, não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram. Pessoas que sejam criativas, inventivas e descobridoras. A segunda meta da educação é a de **formar mentes que sejam críticas**, que possam verificar, e não aceitar, tudo que lhes é transmitido como válido ou verdadeiro.

Um passeio pela teoria de Piaget permitiria a qualquer professor descobrir como funciona a mente de um aluno. A ideia central da teoria dele é de que o conhecimento não é uma cópia da realidade, e sim o produto de uma inter-relação da pessoa com seu entorno. Portanto, seria sempre individual, particular e peculiar.

“O segundo objetivo da educação é formar mentes que possam ser críticas, que possam verificar, e não aceitar, tudo que lhes é oferecido. O grande perigo de hoje são os lemas, opiniões coletivas, as tendências já formadas de pensamento. Temos que ser capazes de nos opor de forma individual, para criticar, para distinguir entre o que está certo e o que não está”. -Jean Piaget-

Paulo Freire

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, veio, ao longo de décadas, ganhando destaque nas políticas educacionais. Houve uma diversidade de metodologias aplicadas à essa modalidade de educação, porém nenhuma delas foi tão significativa como a do teórico Paulo Freire.

Paulo Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife. Foi alfabetizado por sua mãe, no quintal da sua casa, tinha por lápis pequenos galhos de árvores e por quadro, a terra. Na adolescência desenvolveu grande interesse pela Língua Portuguesa. Com 22 anos de idade começou a estudar Direito na Faculdade de Direito do Recife. Em 1947 foi contratado para dirigir o departamento de educação e cultura do Sesi, onde entrou em contato

com a alfabetização de jovens e adultos. (FREIRE, 1989). Paulo Freire vivenciou a Educação de Jovens e Adultos de forma especial, pois não foi somente professor dessa modalidade de ensino, foi também um dos alunos integrantes desse tipo de educação. Essas experiências permitiram a esse teórico analisar os tipos de métodos utilizados para o público de jovens e adultos, fazendo assim com que Paulo Freire desenvolvesse o seu tão famoso método.

[...] Procurávamos uma metodologia que fosse um instrumento do educando, e não somente do educador, e que identificasse – como fazia notar acertadamente um sociólogo brasileiro – o conteúdo da aprendizagem com o processo mesmo de aprender. (FREIRE, 1980, p. 41).

O educando tem que participar ativamente do seu processo de ensino-aprendizagem. Este tem que estar consciente que sua participação é de extrema importância para a descoberta de novos conhecimentos.

Com relação à metodologia utilizada pelo professor, observa-se que esta tem se caracterizado pela predominância de atividades transmissoras de conhecimentos, com pouco ou nenhum espaço para a discussão e a análise crítica dos conteúdos. O aluno sob essa situação tem se mostrado mais passivo do que ativo e, por decorrência, seu pensamento criativo tem sido mais bloqueado do que estimulado. (VEIGA, 2002, p.42).

Em algumas instituições de ensino, as políticas educacionais são aplicadas somente por serem leis, entretanto não há o real interesse de se alcançar o objetivo que estas determinam, que é erradicar o analfabetismo no Brasil. Esses fatos são claramente percebidos quando o professor trata os alunos como caixas vazias, quando o conteúdo dado não é significativo para a vida de cada um deles e até mesmo quando o professor falta às aulas, desrespeitando dessa forma o sacrifício dos alunos, que esforçaram-se para estar na escola. O Estado ainda possui um papel pior, pois, com frequência, não disponibiliza verbas para as escolas, nem materiais didáticos e muito menos se importa com o investimento em formações para o corpo docente, o que acaba por desmotivar os professores e desencadear um efeito cascata até chegar aos alunos.

[...] Em face da omissão criminosa do Estado, as comunidades populares criam suas escolas, instalam-na com um mínimo de material necessário, contratam suas professoras quase sempre pouco cientificamente formadas e conseguem que o Estado lhe repasse algumas verbas. A situação se torna cômoda para o Estado. (FREIRE, 2003, p.16).

Mediante tantas dificuldades enfrentadas, as escolas têm procurado melhorar a qualidade de ensino para o público de jovens e adultos. Paulatinamente, o corpo docente tem notado a sua responsabilidade na formação desses alunos e a dificuldade que esses têm de assistir as aulas. Porém, fala-se da metodologia desenvolvida por Freire e sua relativa aplicação em sala de aula, o que nortearia os professores em aplicar os conteúdos e à forma em que se daria o processo de ensino-aprendizagem.

As pesquisas revelam muitas informações pelo que é dito, mas também pelo não dito. Um dos tópicos que mais chamaram a atenção dos analistas foi a ausência do Esta-

do (Ministério e secretarias estaduais e municipais) quando o assunto é qualidade de ensino e quem é responsável por isso. Ele só aparece enquanto empregador (aquele que paga salário e benefícios e proporciona estabilidade no emprego e liberdade de ação em sala de aula – o que significa não cobrar os resultados. (GENTILE, 2007, p. 38).

Comparando a ação do Estado na atualidade, com as ações de décadas passadas, pode-se afirmar que, não houve mudanças significativas em relação ao papel do poder público, na educação do país. A omissão que era criticada por Paulo Freire, ainda é apontada por uma variedade considerável de profissionais que, ligados ou não a educação, conseguem desenvolver um olhar crítico, relacionado ao sistema educacional. O Estado não procura averiguar se o ensino dado aos alunos é de qualidade. Não há uma cobrança real de resultados que justifique investimento nessa área. Contudo, o que ainda conta para o Estado é a quantidade de pessoas inseridas nas salas de aula e não a importância do conteúdo dado e a metodologia aplicada, para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma eficaz.

Na prática pedagógica atual o processo de planejamento do ensino tem sido objeto de constantes indagações quanto à sua validade como efetivo instrumento de melhoria qualitativa do trabalho do professor. As razões de tais indagações são múltiplas e se apresentam em níveis diferentes na prática docente. (VEIGA, 2002, p. 41).

O corpo docente tem que procurar ampliar seus conhecimentos concernentes a Educação de Jovens e Adultos, buscando uma modalidade que possa ser mais adequada a esse público, utilizando-se de instrumentos que viabilizem o sucesso no processo de ensino-aprendizagem. A forma com que essa modalidade de educação vem sendo aplicada nas salas de aula, não tem sido válida, devido à falta de preparo das aulas com valor significativo para os alunos.

Segundo Nogueira (2001, p. 25), “[...] é importante não perder de vista o papel socializador da escola e nossa função de mediador, para que o aluno realize as diferentes leituras do mundo e da sociedade na qual está inserido”. As escolas têm se preocupado em mostrar quantidade e não qualidade de ensino. Essas atitudes estão explícitas nos números de salas de aula e em exercícios aplicados. Contudo, há dúvidas em relação aos conteúdos abordados e sua importância para os alunos da modalidade de jovens e adultos. A escola não deve esquecer-se do seu papel de preparar o aluno para a sociedade em que está inserido e, principalmente, de auxiliá-lo na leitura do mundo que o rodeia.

Os exercícios e tarefas deverão ter um grau adequado de complexidade. Tarefas muito difíceis, que geram fracasso, e tarefas fáceis, que não desafiam, levam à perda do interesse. [...] compreender a utilidade do que se está aprendendo é também fundamental. Não é difícil para o professor estar sempre retomando em suas aulas a importância e utilidade que o conhecimento tem e poderá ter para o aluno. Somos sempre ‘a fim’ de aprender coisas que são úteis e tem sentido para nossa vida. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002, p. 122).

O professor tem o papel fundamental de empenhar-se, para que o ensino dedicado aos seus alunos tenha qualidade e significado para suas vidas. Uma preparação adequada de exercícios, os quais não sejam complexos ao extremo ou infantilizados, auxiliam positivamente o processo de ensino-aprendizagem dos educandos jovens e adultos. O trabalho de motivação feito pelo professor tem que se dar de forma contínua, para que o interesse do aluno em ampliar e adquirir conhecimentos permaneça, e este não venha a sentir-se impotente mediante qualquer dificuldade que outrora venha a aparecer. Entretanto, é importante que o professor venha utilizar uma metodologia adequada, através da qual o processo de ensino-aprendizagem flua de maneira satisfatória.

Métodos de alfabetização têm um material pronto: cartazes, cartilhas, cadernos de exercício. Quanto mais o alfabetizador acredita que aprender é enfiar o saber-de-quem-sabe no suposto vazio-de-quem-não-sabe, tanto mais tudo é feito de longe e chega pronto, previsto. Paulo Freire pensou que um método de educação construído em cima da ideia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material da fala dele. (BRANDÃO, 2003, p. 21).

O 'Método Paulo Freire' não é simplesmente um método qualquer. É um instrumento de mediação da educação, na qual esta se dá de forma mútua, não existindo o detentor do saber. A cultura da sociedade em que o educando está inserido é respeitada, como também os seus conhecimentos prévios são considerados.

[...] Cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou existiram, logo se constata a sua grande variação [...] é sempre fundamental entender os sentidos que uma realidade cultural faz para aqueles que a vivem. [...] Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. (SANTOS, 1994, p. 08).

O método de ensino proposto por Paulo Freire, trabalha em cima da cultura dos educandos. Pois, a importância do saber a ler e escrever, está diretamente ligada à realidade cultural dos alunos da classe de jovens e adultos. Se a aprendizagem se desse de forma distanciada da realidade de cada um deles, não faria sentido algum dominar a leitura e a escrita se não pudessem utilizá-la para fazer a leitura do seu mundo.

[...] A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece [...] A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo. (FREIRE, 1980, p. 26-27).

A influência de Paulo Freire na modalidade da Educação de Jovens e Adultos é extremamente rica e positiva, devido à metodologia criada por ele, a qual permite a ligação do educando com o mundo em que vive, sem causar no aluno a sensação de que se encontra fora dele. A questão de fazer com que o educando se conscientize do seu espaço, na sociedade em que está inserido, não é alimentar a passividade deste em aceitar a sua condição atual, mas de estimulá-lo a conscientizar-se, não somente da sua situação, como também do poder em modificar a sua realidade, participando desta transformação de forma ativa. Desta forma o educando não se sentirá à margem da sociedade que deseja modificar, e sim, inserido nela.

[...] A captação e a compreensão da realidade se refazem, ganhando um nível que até então não tinham. Os homens tendem a perceber que sua compreensão e que a 'razão' da realidade não estão fora dela, como, por sua vez, ela não se encontra deles dicotomizada, como se fosse um mundo à parte, misterioso e estranho, que os esmagasse. (FREIRE, 1987, p. 96).

A forma que o educando passa a enxergar-se como ser modificador da sua realidade, bem como da sociedade na qual está inserido, permite com que venha a ter noção que a educação que o transforma, é a mesma que é transformada por ele. Da mesma maneira, não há uma realidade à parte da realidade em que este aluno está inserido. Portanto, o aluno refaz a sua compreensão do mundo, a partir do momento em que deixa de enxergar a realidade como se fosse algo separado de si mesmo.

[...] Um povo iletrado não é um povo ignorante. O conhecimento que acumulou por meio de sua vida social se transmite fundamentalmente através da oralidade e da ação. Os programas que tendem a introduzir a escrita como meio de transmissão do conhecimento e como meio de criação de conhecimento em geral têm a tendência de se apresentar como antagonísticos à oralidade e ao conhecimento ligado a ela. (FAUNDEZ, 2002, p. 214).

A valorização do desenvolvimento da oralidade do educando, se faz importante para o seu processo de aprendizagem. Pois, antecedendo o domínio da escrita, o educando deve repensar a sua condição sociocultural, utilizando para isso a expressão oral, que de forma articulada, expõe seus conhecimentos e possibilita a absorção de novos conteúdos.

Segundo Faundez (2002, p. 213), "o conceito de alfabetização já não pode ser considerado como o simples processo de aprendizagem da leitura e da escrita de uma língua determinada". Há a necessidade do educando aprender a fazer a sua leitura de mundo. O que torna-se mais importante do que dominar a leitura e a escrita. Ser alfabetizado é também ter um senso crítico aprimorado, fazer uma análise do seu papel na sociedade e compreender-se como ser ativo dentro dela.

De acordo com Freire (2002, p. 254), "[...] o fundamental na alfabetização de adultos é que o alfabetizando descubra que o importante mesmo não é ler histórias alienadas e alienantes, mas fazer história e por ela ser feito". Apesar da importância dada à leitura e escrita, é necessário que os docentes trabalhem com a modalidade de jovens